

## **ACRE**

### ***Participação, transparência e desenvolvimento***

## **1-INTRODUÇÃO**

O povo acriano é herdeiro de uma história de luta e resistência. Para que o território do Acre fosse incorporado ao território brasileiro, centenas de homens e mulheres pegaram em armas e com o próprio sangue escreveram uma das mais belas páginas da história do país. A coragem desses brasileiros que haviam sido esquecidos por seu próprio país nas florestas da Amazônia, garantiu que esse chão localizado na parte mais ocidental do Brasil pudesse ser o lar de milhares de famílias brasileiras. As batalhas travadas às margens do Rio Acre e no interior das florestas assegurou e legitimou o que era território boliviano no que hoje conhecemos como o Estado do Acre.

A nossa história é singular porque somos o único estado da federação que lutou para ser brasileiro. Os heróis desta história foram cearenses, pernambucanos, gaúchos, soldados e seringueiros que decidiram vir de várias partes do país defender uma terra onde, como dizem os livros de História, escorria o ouro branco. O látex extraído das milhares de seringueiras que erguiam-se frondosas nas florestas proporcionou a sobrevivência desses brasileiros que, fugindo de uma das piores secas que já atingiram o nordeste brasileiro, buscaram nas florestas da Amazônia a realização dos sonhos de riqueza que o comércio da borracha poderia proporcionar. No final do século dezenove, milhares de homens haviam embarcado numa viagem sem volta até os confins da Amazônia ocidental. E mesmo que de forma inconsciente, escreveram páginas de muita coragem e resistência da nossa história.

O Acre viveu dois ciclos da borracha: o primeiro que culminou com a Revolução Acriana, e um segundo, que ocorreu nos anos 1940, durante a Segunda Grande Guerra. São vários os trabalhos acadêmicos e livros que contam esta história de riqueza e ruína da economia acriana. Os dois ciclos econômicos baseados no extrativismo foram substituídos a partir do início dos anos 1970 com a introdução da pecuária no território acriano.

O incentivo dado pelo governo de Wanderley Dantas (03/1971 a 03/1975) para a aquisição de grandes extensões de terra no Acre provocou uma enorme migração de famílias do sul, sudeste e parte do nordeste para a região. Essas famílias, atraídas pelo baixo valor das terras, iniciaram um extenso processo de ocupação dos antigos seringais que se encontravam falidos e abandonados há várias décadas. Mas, na sua grande maioria, essas propriedades ainda abrigavam milhares de famílias seringueiras que, sem alternativas econômicas, permaneceram nesses seringais, sobrevivendo com o que ainda restava da economia extrativista.

Esta tentativa de mudança na base econômica do Acre foi uma das causas principais dos graves conflitos pela posse de terras em áreas rurais e urbanas que eclodiram nos anos 1980, e que mesmo mais de quarenta anos depois, ainda permanecem como um dos grandes problemas sociais a ser enfrentado pelo poder público. A luta e a resistência de milhares de seringueiros e trabalhadores rurais como Wilson Pinheiro (02/1933-07/1980) e Chico Mendes (12/1944-12/1988), que inicialmente eram motivadas pela defesa desses espaços como forma de garantir a sobrevivência dessas famílias com o avanço das derrubadas de milhares de hectares de florestas, tornou-se mais ampla. A floresta e suas árvores centenárias com o avanço da pecuária foi aos poucos dando lugar aos pastos nas centenas de fazendas que se instalaram no estado. E assim, a mudança na forma de ocupação e exploração econômica do território acreano, transformou a luta em defesa do direito à vida de seringueiros, indígenas e trabalhadores rurais em uma luta em defesa da existência das florestas e de toda a sua biodiversidade.

A tragédia seringueira agora estava definitivamente associada ao movimento de defesa do planeta e da humanidade. Ou seja, a luta de indígenas e seringueiros se somou a luta de outros trabalhadores e povos espalhados pelo mundo. Isso trouxe outros olhares para essa região da Amazônia Brasileira acirrando os conflitos que culminaram com o assassinato de várias lideranças dos movimentos populares e sindicatos de trabalhadores. Destacamos nesta introdução os nomes de Wilson Pinheiro e Chico Mendes por serem as mais conhecidas e importantes lideranças sindicais e do movimentos em defesa das florestas e do seu povo. Mas, outros certamente poderiam fazer parte de uma extensa galeria de heróis anônimos, e que certamente tombaram nos tortuosos caminhos e rios que cortam esta imensa floresta que constitui o território do estado do Acre.

No período iniciado pela tentativa de se implantar um modelo econômico baseado na pecuária e na agricultura introduzido pelo governo de Wanderley Dantas (03/1971-03/1975) até os dias atuais, o Acre elegeu e experimentou tragédias e hegemonias políticas. O primeiro governador eleito após o período da ditadura foi Nabor Junior - MDB (03/1982-05/1987) que foi sucedido por Iolanda Fleming que era a sua vice (05/1986-05/1987). É importante ressaltar que Iolanda Fleming foi a primeira mulher a governar um estado no Brasil. Flaviano Melo - MDB (03/1987-04/1990) foi sucedido por seu vice Edson Cadaxo (04/1990-03/1991). A hegemonia medebista é quebrada com a eleição de Edmundo Pinto – PPR, que governou o Acre de 03/1991 a 05/1992. Edmundo Pinto não terminou o seu mandato porque foi assassinado em um hotel na cidade de São Paulo, durante uma viagem oficial. Este fato levou o seu vice Romildo Magalhães, também do PPR, à chefia do executivo estadual. Romildo Magalhães foi sucedido por Orleir Cameli – PPR (01/1995-01/1999). A eleição de Orleir Cameli levou o grupo político remanescente da antiga ARENA e do PDS a dois governos consecutivos a frente do governo do Acre.

A vitória de Jorge Viana do PT nas eleições de 1998 levou o grupo político denominado Frente Popular do Acre à mais duradoura hegemonia na história política no estado. Foram vinte anos em que o executivo acreano foi comandado por um petista, sendo que neste período o partido ainda comandou por quatorze anos a prefeitura da capital Rio Branco. Jorge Viana - PT foi governador por dois mandatos (01/1999-01/2007), e teve como sucessor o seu vice Binho Marques - PT (01/2007-01/2011). Tião Viana – PT, irmão de Jorge Viana, sucede Binho Marques e, assim como seu irmão, governa o Acre por dois mandatos (01/2011-01/2019).

Consideramos importante resgatar parte desta história porque ela nos ajuda a compreender a realidade de pobreza da maioria da população acreana e o aumento da concentração de renda no Acre nos últimos anos. Da riqueza que a economia da borracha produziu não restou nada. Na capital Rio Branco e nas cidades do interior do Acre são poucos os vestígios encontrados e que podem ser associados a essa importante fase da história da economia acreana. A pecuária, por outro lado, apesar de ser uma atividade importante na economia do estado, não foi capaz de criar uma cadeia produtiva capaz de gerar os empregos necessários e melhorar a distribuição de renda.

A exploração da madeira mesmo com o modelo de manejo implantado nas administrações petistas, também não possui uma cadeia produtiva, e se limita a fazer do Acre um exportador desta matéria-prima sem que com isso agregue tecnologias que exijam mão-de-obra mais qualificada. Essas atividades são concentradoras de capital, que retorna para as mãos das oligarquias políticas produzidas pela economia da borracha e o avanço da pecuária no estado.

As tentativas de ampliar a base econômica do estado durante os vinte anos de governos petistas apostando em um modelo de desenvolvimento sustentável que articulasse os ativos florestais, a pecuária, agricultura familiar, indústria de alimentos em uma estrutura produtiva pautada na sustentabilidade, apesar de parecer uma alternativa viável para o Acre se perdeu nos corredores da burocracia e na lógica de manutenção de determinado grupo político nas estruturas do estado.

Com os resultados desastrosos de sucessivos modelos econômicos e de políticas públicas que foram produzidos pelos diversos grupos políticos que se alternaram no comando do estado, conclui-se que é urgente e necessário que se altere a forma de pensar e fazer política e a gestão do estado do Acre.

Um novo momento político com ideias originais e progressistas ainda é possível, mas existe uma enorme dificuldade de pensar o que se pode fazer com o legado de Chico Mendes, Wilson Pinheiro, dos povos das florestas e do discurso de defesa da Amazônia em um ambiente político profundamente marcado pela desesperança e da negação da política deixada por governos anteriores.

É tempo de se fazer ouvir as vozes que ecoaram das florestas acreanas como algo que ainda tem seu tempo e o seu lugar na política e na vida de todo o povo acreano. Na verdade, a profunda crise que se instalou com o avanço de um discurso de intolerância e descrédito das nossas instituições republicanas precisa ser enfrentada e substituída por outra linguagem. Esta linguagem é a da política em um ambiente civilizado, tolerante e generoso, principalmente com aqueles que mais precisam das

políticas de Estado. Todos os homens e mulheres comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária têm a responsabilidade de fazer parte deste processo de resgate e de defesa para, assim, construirmos um Acre mais próspero, fraterno e mais condizente com a sua história de luta.

O nosso programa visa o enfrentamento racional dos problemas sociais, econômicos e políticos do Acre e aponta de forma concreta para as suas soluções. A mudança de rumo e a renovação dos quadros políticos é urgente e necessária, e ela virá com a aplicação detalhada de um plano de trabalho e de ações que estão estruturados em três pilares: a participação popular, a transparência e o desenvolvimento humano e social.

## **2-PRIORIDADES**

A mudança que o Acre precisa é um trabalho de médio e longo prazo, resultado de transformações estruturais, e precisa ser compreendida na perspectiva futura e de trabalho de mais de uma geração. Mas, existem algumas questões e temas que são urgentes e devem tratados como prioridades do nosso trabalho a partir do primeiro dia de governo. Os resultados, diferentes das ações mais estruturais precisam e deverão ser colhidos no médio prazo, ou seja, do início ao fim do mandato.

### **2.1. Um Estado com Gestão participativa e popular**

Historicamente o Estado brasileiro se organizou de forma a atender os interesses das elites e isso fortaleceu o quadro de desigualdade que em maior ou menor grau se repete em todos os estados da federação. No nosso governo, as relações institucionais, os contratos do Estado com as diversas entidades públicas ou privadas passarão por um amplo processo de controle, revisão e auditoria, garantindo com isso a transparência. Os projetos que forem contrários ao bem comum poderão sofrer alterações ou mesmo reversão.

A gestão pública será pautada na valorização dos trabalhadores, com relações de trabalho horizontais com participação efetiva na gestão dos serviços oferecidos pelo estado, e assim reduzir drasticamente os cargos políticos e de confiança com a valorização dos servidores de carreira e com isso diminuir os custos da burocracia do alto escalão do governo.

A prioridade do governo é oferecer ao cidadão um governo eficiente, capaz de construir o poder e as ações de forma conjunta com a população por meio de: consultas plebiscitárias para definir planos estadual e regionais de ação, além de criar espaços de participação popular físicos e virtuais.

### **2.2. Juventude, oportunidades, protagonismo e investimento**

O aumento da violência tem feito da juventude acriana a sua principal vítima. O governo terá o compromisso de investir e criar oportunidades para os mais jovens. O desejo da juventude e a sua capacidade de produzir transformações em suas vidas e na realidade social em que vive será incentivado pelo poder popular, e principalmente por oportunidades educacionais. Manter a juventude responsabilizada com o ensino médio, técnico e também universitário por meio de programas de transferência de renda (projetos de bolsas, monitorias e estágios remunerados) combinado com o

desenvolvimento educacional e comunitário, combatendo o desemprego, o trabalho precário, e principalmente afastando o jovem do crime.

### **2.3.Redução das desigualdades com direitos sociais**

Mobilização de várias áreas e setores do governo para o enfrentamento do desafio de reduzir as desigualdades. A mudança e a diversidade no modelo de desenvolvimento como forma de garantir a ampliação do mercado de trabalho e aumento da renda das populações mais vulneráveis. Diminuir os custos dos transportes com redução de tarifas com perspectivas de adoção do passe livre. Captação de recursos com mudanças tributárias regressivas, com alíquotas progressivas e cobrança de grandes empresas devedoras. Ampliar o número de famílias atendidas pelos programas federais de transferência de renda.

## **3. EIXOS DO PROGRAMA**

### **3.1. PARTICIPAÇÃO E PODER POPULAR**

Ampliar as já existentes e criar novas formas de compartilhar a gestão garantindo o poder popular como uma das prioridades do governo. Implantar uma forma eficiente de administrar o estado junto com as pessoas, sem interferência no Poder Legislativo, mas compartilhando as ações do Poder Executivo. Iniciaremos nos primeiros dias de governo um amplo processo de criação compartilhada dos Planos Regionais de Ação e do Plano Estadual de Ação e Modelos Piloto de Participação e Deliberação Popular.

#### **Propostas**

- Definir em conjunto com a população os planos regionais de ação: ampliação dos trajetos as linhas intermunicipais; prioridades para construção de ciclovias intermunicipais, prioridades para a melhoria comunitárias a serem realizadas por estudantes bolsistas;
- Fortalecer as conferências, conselhos ou planos por áreas – saúde, cultura, educação, habitação, assistência social, ambiente, segurança pública – como um poder deliberativo sobre políticas e uso do orçamento;
- Democratizar todas as secretarias, assim como os diversos poderes estaduais, com gestões inclusivas em relação às pessoas com deficiências, disseminando concepções inclusivas em todas as áreas, ampliando a acessibilidade e garantindo a comunicação respeitando as especificidades;

- Criar o poder popular nas instituições de ensino para a livre organização dos estudantes, com participação direta de coletivos e movimentos criados pelos próprios discentes e com acesso à estrutura de mobilização – espaços físicos e recursos gráficos;
- Promover eleições diretas de diretores e coordenadores pedagógicos em todas as escolas estaduais do Acre;
- Criar a autogestão na construção de moradias populares, ampliando a ação para a política de lotes urbanizados e melhorias habitacionais, em especial aquelas vinculadas a movimentos sociais;

### **3.2.EDUCAÇÃO**

Garantir o acesso de todos à educação pública, inclusiva, laica, sem preconceitos e com qualidade. Com política para ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais. Ampliar os recursos destinados à educação, principalmente para as regiões mais pobres e com maiores déficits educacionais, realizando uma transformação nas escolas com efetiva construção do poder popular dos estudantes, professores e da comunidade escolar.

#### **Proposta**

- Assumir a responsabilidade com gastos de transporte escolar, alimentação, uniformes – organizando a partir das comunidades – possibilitando que os municípios invistam diretamente na escola e nos projetos educacionais;
- Criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) estadual em colaboração com movimentos sociais e outros parceiros, de forma a zerar o analfabetismo no estado;
- Valorizar os trabalhadores da educação com boas condições de trabalho, com liberdade de expressão e pensamento crítico, contratação dos trabalhadores via concurso público, planos de carreira, profissionalização dos agentes educacionais, formação contínua e alternativas de dedicação exclusiva;
- Por meio de busca ativa reduzir a evasão de alunos no Ensino Fundamental e Médio. Ampliar para 100% o acesso e a conclusão do ensino médio com projeto de transferência de renda para estudantes através de bolsas, monitorias e estágios associados com trabalhos comunitários;
- Construir novos espaços escolares com caráter integrado (Centros Integrados de Sociabilidade e Educação nas áreas com menores indicadores sociais, e reformas, manutenção e ampliação dos espaços escolares, propiciando às escolas que tenham quadra coberta, biblioteca escolar, laboratórios, refeitório e internet banda larga, com fornecimento dos equipamentos necessários, de acordo com as demandas do poder popular;
- Promover a redução do número de períodos nas escolas de Ensino Fundamental, para a implantação da escola em período integral de 7h horas diárias, de acordo com as demandas do poder popular escolar;

- Destinar verbas a todas as escolas de forma planejada, contínua e desburocratizada para o desenvolvimento de seus Projetos Político Pedagógicos, sem que, com isso, o Estado se desresponsabilize de suas obrigações;
- Garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência e investir em formação pedagógica e fornecer os materiais e recursos necessários para uma efetiva inclusão;
- Promover debates escolares que fortaleçam uma educação libertadora, incluindo discussões sobre educação sexual, gênero, combate ao racismo e aos preconceitos como a LGBTfobia;
- Fortalecer a educação indígena e das populações em risco social e em situação de privação de liberdade com investimento e formação;
- Investir em novos modelos de educação diversificados – multiseriados.

### **3.3. SAÚDE**

É urgente e necessário compreender a questão da saúde em toda a sua complexidade envolvendo outros direitos sociais. A defesa de um Sistema Único de Saúde público, gratuito, estatal e de qualidade é premissa fundamental e, desta forma, nosso governo irá rever todas as ações que forem contrárias a compreender a saúde como um bem comum.

A reforma administrativa que vamos realizar terá como foco a valorização dos trabalhadores e o poder popular, o que certamente irá melhorar significativamente os serviços de saúde, ampliando o atendimento das demandas de cada região. Vamos coordenar e articular regionalmente as redes de atenção à saúde de modo a reduzir iniquidades entre municípios causadas por insuficiência na arrecadação e melhorar em todo estado a qualidade da saúde, fazendo a inclusão nos serviços das pessoas com maior vulnerabilidade.

#### **Propostas**

- Valorizar o trabalhador dos serviços de saúde, com aumento salarial e garantia de condições dignas de trabalho, além de novas contratações;
- Auxiliar departamentos regionais e prefeituras na resolução local de necessidades de saúde, evitando superlotação de hospitais, além de revisar e dar transparência às filas de vagas no SUS, aumentando a eficácia de atendimentos de alta complexidade;
- Ampliar e articular as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no cuidado de pessoas com sofrimento psíquico através de suporte qualificado aos municípios e aos profissionais, valorizando práticas de inserção nos territórios;
- Atuar a partir da redução de danos nos serviços que atendem pessoas que fizeram/fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e fiscalizar comunidades terapêuticas com auditorias de contas e prontuários;

- Implantar sistema de saúde remota com digitalização dos atendimentos e procedimentos em toda a rede;
- Promover acesso de populações atualmente excluídas do sistema de saúde, com respeito ao nome social e identidade de pessoas transgêneros, garantindo acessibilidade a todos nas unidades de saúde com infraestrutura e treinamento de pessoal;
- Garantir acesso ao pré-natal de qualidade com atendimento digno durante o trabalho de parto e puerpério, inclusive em situações de abortamento; garantir a presença de doulas nos estabelecimentos de saúde e programas de incentivo ao aleitamento materno;
- Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca a realização de aborto legal, pela ampliação das unidades capacitadas para a realização do procedimento e treinamento de pessoal;
- Integrar os serviços de Assistência Social e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador à Atenção Básica, promovendo o acesso de quem mais precisa aos serviços de saúde;
- Garantir atendimento respeitoso a pessoas travestis, transexuais e transgênero, com abertura de ambulatórios de referência para essa população, com profissionais com formação adequada, para a promoção de seu acesso ao sistema de saúde;
- Garantir o financiamento dos hospitais estaduais dando fim ao fechamento de unidades e diminuição do número de leitos, atendimentos e procedimentos. Criar brinquedotecas nas unidades com atendimento pediátrico em regime de internação;
- Propor parceria com a Universidade Federal do Acre na busca de recursos para a construção do hospital universitário.

### **3.4. TRABALHO E RENDA**

Além da grande massa de trabalhadores que perderam seus empregos nos últimos anos, sabemos que o desemprego também atinge de forma dramática a juventude, por isso, vamos realizar um efetivo trabalho de manter os jovens nas escolas de ensino médio, com programas de bolsas trabalho-estudo em diferentes áreas de atuação. O exemplo de uma dessas ações é a formação de agentes culturais – melhorando as comunidades, evitando, dessa forma, a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho e melhorando sua qualificação. Assim, dando outro destino àqueles que antes teriam como futuro ocupações precárias ou sua inserção no mundo do crime.

O nosso governo criará no médio prazo um ciclo virtuoso de aumento de direitos, emprego, renda e arrecadação em que saúde, educação, cultura, assistência social e moradia



serão direitos sociais. A ampliação desses direitos, oferecidos com qualidade pelo estado para o conjunto da população, potencializará os postos de trabalho no estado e, conseqüentemente, aumentará a renda em circulação, que impulsiona a arrecadação do estado e a geração de novos empregos. Valorização da agricultura familiar com a criação de coletivos produtivos e Comunidades que Sustentam a Agricultura e fortalecer incentivos para áreas de trabalho comum em cada região do estado.

O ecoturismo, a economia solidária, a indústria ecológica e produção artística comunitária de povos tradicionais, somadas ao incentivo e à implantação de pequenas e médias unidades industriais para a produção de alimentos com base nos produtos regionais que têm mercado nacional e internacional (mandioca, açaí, castanha etc.). Com estas iniciativas poderão ser criadas cadeias produtivas regionalizadas, com potencial de gerar empregos mais qualificados e investimento em novas tecnologias de produção.

### **Propostas**

- Criar uma política estruturada de assistência e permanência estudantil para estudantes do ensino médio e técnico do estado, oferecendo bolsas de estágio e monitoria para atuação junto à escola e comunidade local para transferência de renda para o núcleo familiar do estudante;
- Criar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBTQIA+;
- Incentivar a aplicação da Lei do Jovem Aprendiz e contratação de mulheres, negros e negras e LGBTQIA+ para combater a enorme diferença entre esses grupos no mundo do trabalho e estimular o uso do nome social nas esferas de trabalho;
- Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular, especialmente de alimentos orgânicos para a merenda escolar, dando preferência à produção local;
- Incentivar os circuitos curtos de comercialização e consumo, priorizando compras institucionais e acesso a recursos;
- Garantir alimentação a setores vulnerabilizados oriunda de produções agrícolas familiares, com repasse mensal fixo aos produtores, que realizam entrega semanais dos produtos;
- Incentivar o associativismo na juventude e população LGBTQIA+, estimulando a criação de bancos comunitários, moedas sociais, cooperativas de crédito, consumo e produção autogeridas, baseadas no modelo da economia solidária;

- Criar e garantir o financiamento e a estruturação dos planos intermunicipais de resíduos que contemplem a participação progressiva das cooperativas de catadores em todos os níveis da indústria da reciclagem;
- Ampliar os direitos sociais sob responsabilidade do Estado, com qualidade e valorização dos profissionais, priorizando a população que vive nas periferias. Integrar a população negra, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência no serviço público e ampliar a política de combate à discriminação em locais de trabalho;
- Ampliação das linhas de financiamento específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;

### **3.5.MORADIA**

O direito à moradia digna de todos os brasileiros é garantido pela Constituição Federal, que também estabelece que as propriedades devam cumprir uma função social. Nos últimos quatro anos o governo estadual abandonou a política de moradia que, somada à ausência do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida” e à suspensão de recursos do aluguel social para várias famílias, deixou crianças e mulheres abandonados à própria sorte ou vivendo de favor na casa de parentes.

O nosso governo incrementará um modelo de política de moradia, com as singularidades regionais, diversificando as formas de provimento habitacional. O estado tem o dever de coordenar uma política habitacional em todos os municípios, de forma a conter o avanço da mancha urbana e regular a especulação com o preço da terra. O acesso à casa própria não é a única forma de consolidação do direito à moradia e experiências de sucesso em aluguel social no Brasil têm sido registradas.

Nossa proposta envolve criar condições para que os trabalhadores – principalmente os que ganham menos de três salários mínimos ou que tenham trabalhos precarizados – possam ter acesso à moradia. Vamos enfrentar o problema das moradias em áreas de risco ou de proteção ambiental de forma socialmente e ambientalmente responsável, mas que garanta o direito de moradia. Programas de urbanização integrados aos Centros de Sociabilidade e Educação que serão implantados nas periferias, canalização e saneamento básico, serão pensados na perspectiva de que essas intervenções estejam articuladas com as diversas secretarias de estado. A moradia será entendida como serviço público, permitindo desta forma atender melhor as populações mais vulneráveis como idosos, refugiados, vítimas de catástrofes e população em situação de rua, em geral excluídas dos programas de moradia tradicionais. A variedade de tipologias habitacionais

(dimensão e localização) e o melhor atendimento da diversidade de arranjos e composições familiares atuais, como forma de superarmos a padronização de habitações para casal com filhos. O

planejamento e as ações serão realizados de forma integrada e em parceria com os movimentos sociais

e a participação popular. Não há moradia sem infraestrutura, saúde, educação, esporte, cultura, lazer, segurança pública e mobilidade. Como um direito social fundamental, é preciso garantir, primeiro, o acesso a todos e a observação das normas de acessibilidade da ABNT (“desenho universal”) e do Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns.

### **Propostas**

- Criar programas de habitação de interesse social para a baixa renda, garantindo não apenas financiamento e subsídio público, mas a diversificação das formas de provisão habitacional de acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios;
- Criar habitações coletivas para a juventude e incentivos de assistência moradia, principalmente para acolher jovens LGBTQIA+ expulsos de casa, pessoas com deficiência, mulheres, negros e negras;
- Implantar serviço público de assistência técnica gratuita com profissionais de diferentes formações junto às comunidades locais visando à produção de outras formas de viver, com qualificação de moradias, à regularização fundiária, apoio à autogestão e à produção coletiva;
- Urbanizar assentamentos precários, fazer a regularização urbanística e fundiária de loteamentos e ocupações consolidadas, focando no reconhecimento da posse;
- Recuperar a qualidade de vida nos bairros regenerando áreas abandonadas ou socialmente degradadas e investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade;
- Construir um modelo de política habitacional que respeite o direito à integridade e inviolabilidade do domicílio. Suspensão dos despejos sem alternativa habitacional;
- Levantamento dos imóveis vagos particulares de propriedade do Estado, principalmente nas periferias, elaboração de projetos de aproveitamento para construção de moradia social;
- Cobrança dos grandes devedores do Estado realizando negociações com pagamento em terra e imóveis urbanos, para fins de aproveitamento para moradia popular;
- Taxas de juros reais zero para financiamento habitacional popular, banimento da amortização via tabela PRICE e proibição da utilização do instrumento da alienação fiduciária nos contratos do estado.

### **3.3. CULTURA**

Será fundamental que o estado atue como indutor de processos via fomento direto em que a cultura será entendida como um direito social, ressaltando o seu caráter emancipatório e inclusivo. Com participação de artistas, grupos de arte e cultura e demais produtores culturais, e transparência no acesso e no fomento à cultura, nos mais diversos espaços e territórios, garantindo equidade no acesso dos recursos, a autonomia e a liberdade de expressão. Faz-se necessária ampliação do investimento público em cultura com transversalidade entre as diferentes áreas, mecanismos de financiamento público de produções culturais, priorizando as produções periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência.

#### **Propostas**

- Fomentar a criação de pontos de cultura e outros espaços culturais e de lazer como bibliotecas, praças e teatros, prioritariamente em regiões periféricas e mais esvaziadas quanto aos equipamentos formais;
- Criar companhias artísticas vinculadas e mantidas pelo estado, colocando-os em circulação nas periferias e proteção da memória comum, com manutenção adequada de museus, biblioteca e monumentos;
- Ampliar escolas de iniciação artística nas diferentes regiões do estado e abrir os espaços escolares aos finais de semana, especialmente em localidades sem alternativas culturais, esportivas e de lazer;
- Criar convênios e parcerias com os cursos de música, artes cênicas e jornalismo da Universidade Federal do Acre e resgatar a vocação original da Rádio e TV Aldeia, recuperando seu viés público e de indutor de propagação de informação e cultura;
- Ampliação dos mecanismos de formação técnica e ampliação dos financiamentos para produção artística indígena e tradicionais do Acre e da Amazônia;
- Criar e promover os Pontos de Cultura com fomento à constituição de espaços culturais periféricos com base territorial.
- Edital estadual de fomento a iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à cultura periférica, com especial atenção aos indígenas, à negritude, à população LGBTQIA+ e mulheres;

- Promover a cultura periférica e da sua diversidade que envolve quadrilhas, saraus, batalhas de rima, a cultura rap, o samba, o rock e novas estéticas. Fortalecer a diversidade étnica, social, de gênero e de orientação sexual;
- Fortalecer e dar visibilidade nos diferentes equipamentos de gestão estadual para as culturas indígena e tradicional;
- Fomentar a circulação da produção cultural do estado, sobretudo a da juventude periférica com apoio a atividades itinerantes, em escolas, bibliotecas e demais equipamentos estaduais;
- Incentivo à ampliação de rádios e TVs universitárias e comunitárias com alcance regional;
- Incentivo à cultura popular e folclore;
- Centros de produção cultural com ênfase em Web TV e rádios comunitárias (com trabalhadores comunitários que morem na mesma zona);
- Criar e fortalecer escolas de música e filarmônicas.

### **3.4. ESPORTE E LAZER**

Nossa perspectiva de esporte, práticas corporais e lazer será de contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social. Nosso governo vai democratizar o acesso aos espaços públicos de lazer, estimulando seu uso por uma comunidade diversa de: LGBTQIA+, juventude, pessoas com deficiência, mulheres e negritude – recuperando a gestão direta e eficiente dos equipamentos públicos, estimulando a autogestão comunitária. Os equipamentos existentes e que se encontrem centralizados, insuficientes e por vezes inadequados serão ampliados e reformados. Nas diferentes regiões do estado, decidindo em conjunto com os Planos Regionais de Ação, essas políticas públicas serão voltadas para a inclusão de setores populares preteridos tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos.

O esporte associado ao percurso educacional oferece oportunidade de profissionalização para a juventude pobre e periférica, esta juventude que encontra por meio da disciplina e do empenho esportivo uma alternativa de promoção de sua condição econômica e social. Neste sentido, o nosso governo pretende criar e promover um programa de alcance estadual para identificar e selecionar atletas praticantes de esportes coletivos e individuais para disputar seletivas nacionais e internacionais com objetivo de, ao final de quatro anos, alguns desses atletas consigam o rendimento necessário para participar da equipe olímpica brasileira.

#### **Propostas**

- Construir um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulando práticas corporais e esportivas nos municípios, fomentando estratégias e programas que não se restrinjam ao esporte de alto

rendimento com orçamento amplamente maior para esporte de participação;

- Promover projetos, atividades e práticas que resgatem tradições, festas, jogos e brincadeiras populares brasileiras;
- Promover junto aos movimentos LGBTQIA+, discussões e projetos acerca das práticas esportivas e práticas de Lazer;
- Construir em cada equipamento e núcleo esportivo um grupo de reflexão crítica de maneira a desconstruir estereótipos racistas, sexistas, machistas e homofóbicos, tornando o esporte e as práticas corporais campo para superação e não reafirmação da violência;
- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam universalmente acessíveis a pessoas com deficiência e a qualquer pessoa, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais;
- Adequar espaços públicos estaduais para eventos e festas organizados pela própria juventude local, garantindo suporte de mediação de conflitos e cuidado em redução de danos;

### **3.5.MEIO AMBIENTE**

Um programa de governo que vise o bem-estar da comunidade não pode estar dissociado das questões ambientais e deve trazer no seu bojo propostas que supram demandas que visem o equilíbrio entre o homem e a natureza. E para garantir que este equilíbrio seja alcançado, algumas questões devem ser consideradas: regulamentação fundiária gratuita aos mais necessitados; política efetiva de moradia popular com saneamento básico com painel solar (desapropriação por função social dos terrenos e prédios com dívida maior do que o valor de mercado), encaminhar propostas visando revisar o conceito de família (com juventudes) usado nos programas de habitação popular;

Implementação de políticas públicas de acesso a água potável em todas as residências, universalização do saneamento básico, proteção aos mananciais (fontes de água), revitalização dos igarapés e rios e um amplo programa de revitalização de margens de igarapés que cortam a mancha urbana. Garantir um amplo programa de proteção ambiental baseado nas propostas ecossocialistas e que seja capaz de construir alternativas sustentáveis para o lixo, usina de reciclagem e um sistema de coleta seletiva eficiente.

#### **Propostas**

- Promover a manutenção da rede de água para diminuição das perdas na rede e a coleta e tratamento de esgoto para melhorar a qualidade dos corpos hídricos;
- Investir na recuperação das matas ciliares para prevenir o assoreamento e no desassoreamento de rios para aumentar o volume de reserva;
- Garantir que municípios tenham regularidade e qualidade da coleta seletiva e que priorizem parcerias com cooperativas para gradativamente eliminarem os lixões;

- Garantir que todo o setor público estadual e dos municípios tenham práticas de produção mais limpa, isto é, que previnam a poluição, para a diminuição dos impactos socioambientais;
- Manter os parques com gestão pública e participação popular. Garantir verba para seu funcionamento por meio dos órgãos públicos competentes;
- Estabelecer a meta: ZERO DESMATAMENTO através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/IMAC) e promover a regularização fundiária de todas as comunidades tradicionais e acampamentos e também na zona urbana;
- Incentivar ações de educação ambiental que possam questionar hábitos alimentares que contribuem para a degradação ambiental através da Secretaria de Meio Ambiente;

### **3.6.SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ**

Segurança pública é o resultado da articulação e integração de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e a promoção da liberdade. Para que um estado seja considerado livre e democrático é necessário que se organize e promova constantemente uma cultura de direitos. Compreendemos que as políticas públicas de segurança devem estar sob o controle do poder popular sendo esse o nexo causal da sua eficiência. Esse poder popular é aqui compreendido como algo além do controle social institucional burocratizado de conselhos de segurança. É, na verdade, uma resposta direta à necessidade de transparência, e de caminhar na trajetória de construir um sistema de justiça não punitivista, mas sim restaurativo, inclusive para agentes do poder público.

Pensar uma sociedade livre está muito além de pensar em segurança, apesar de este aspecto ser fundamental. Liberdade é nosso direito fundamental, principalmente à existência, é ter condições de escolher sobre a própria vida, de ter sua dignidade respeitada, combatendo o preconceito e a discriminação em todas as suas expressões, sobretudo as violentas, é tomar como pressuposto que ser jovem, mulher, negra ou negro, ser LGBTQIA+, é ter o direito de ser respeitado.

#### **Propostas**

- Implantar a Agenda Estadual de Desencarceramento em Massa com garantia de audiências de custódia e acompanhamento de andamento de processos de pessoas em Centros de Detenção Provisória, por meio da utilização dos recursos da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça associada a política de apoio a egressos, no sentido de evitar a reincidência;
- Avaliar o trabalho policial com base em indicadores e metas de redução de crimes violentos e vincular os indicadores operacionais a esses indicadores criminais, focando a atuação policial na resolução de crimes violentos, devidamente instrumentalizada por mecanismos que acelerem a investigação de crimes como os perpetrados contra a população LGBTQIA+;
- Concentrar esforços nas investigações sobre tráfico de drogas e armas rastreando

sistematicamente armamentos e munições, visando diminuir o poder de fogo de grupos organizados e confiscando e estatizando todos os bens quando localizados;

- Investir em políticas sociais e urbanas nos territórios alvos do tráfico de drogas e de outros tipos de violência, pautada sempre pela determinação geral de necessidades das pessoas que constituam o território, em especial usuários;

- Implementar a constituição policial com modernização estrutural e criação programa específico voltado a agentes de segurança pública e suas famílias vítimas de violência, vinculado ao SUS e ao programa de proteção a testemunhas e pessoas ameaçadas;

- Ampliar a garantia de cuidados e proteção dos agentes de segurança pública estaduais;

- Investimento em programas de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional, singularizado respeitando necessidades específicas de cada grupo, como a população LGBTQIA+;

- Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBTQIA+ vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios do estado;

- Reestruturar as forças policiais estaduais em acordo com suas atribuições constitucionais, sendo certo que o debate acerca do “ciclo completo” de policiamento só deve ser pautado se introduzido em um debate amplo com premissa básica a desmilitarização;

- Oferecer cursos de capacitação e de formação continuada aos policiais civis e militares relacionados a atividades de gestão e administração da instituição e práticas comunitárias, como também no treinamento contínuo de defesa pessoal e tiro policial;

- Criação de um sistema público de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, inclusive de violência via redes sociais;

- Garantir o atendimento 24 horas em delegacias da mulher a todas, inclusive a mulheres transexuais e travestis, bem como criação de delegacias e unidades policiais especializadas em violência LGBTQfóbica organizadas por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBTQIA+;

- Elaboração de programas de treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBTQIA+ encarcerada, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis;

- Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização;

- Criação de Unidades de Acolhimento que atendam às especificidades da população LGBTQIA+, que compreendam crimes e violações de direitos específicas que sofrem travestis e transexuais,



priorizando o atendimento e respeitando a Identidade de Gênero;

- Criar um programa com foco na juventude, aliado aos municípios, Ministério Público, Polícia Civil e Militar para a proteção social e intervenção estratégica a partir de mapeamento de mortes da juventude, priorizando focos de homicídios e suicídios das juventudes;
- Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros e comunidades, reestruturando a estratégia de participação pública na política de segurança, através do fortalecimento e democratização do Conselho de Segurança Pública do Estado do Acre, que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que, na área do estado, possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população;
- Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre violência urbana e rural, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados estatais;
- Promover a investigação e combate ao tráfico de armas, munições e explosivos;
- Implementar um novo modelo de polícia mediante a reformulação dos atuais estatutos, a reordenação de suas prioridades estratégicas (com foco, por exemplo, na diminuição dos índices de homicídios e estupro), a reestruturação das técnicas de treinamento e a elaboração de uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- Valorizar os servidores da segurança pública, garantindo um plano de cargos e salário digno e melhores condições de trabalho;
- Organizar um controle externo efetivo das atividades policiais, prisionais e socioeducativas (ouvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria de Estado de Segurança, do Instituto de Administração Penitenciária);
- Aumentar o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo e implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias (programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde, etc);
- Investir em programas de prevenção da exploração sexual infanto-juvenil.

### **3.7. INFRAESTRUTURA**

Infraestrutura tem sido considerada a um só tempo o principal desafio e a maior oportunidade para retomada de um modelo de desenvolvimento sustentável que o Brasil e o Acre precisam. Um Plano Nacional de Logística está em gestação para suprir as necessidades do país na área de infraestrutura até 2025. O Acre deve, com planejamento e metas bem definidas, buscar garantir recursos e meios para que se consolidem fortes e contínuos investimentos, preferencialmente de forma

autônoma, transformando a infraestrutura em indutora do novo ciclo de crescimento da economia, trazendo empregos e oportunidades para o estado.

O Acre tem posição geográfica estratégica em relação ao acesso às novas rotas de mercado Via Pacífico. Tem grande parte de sua infraestrutura concentrada em uma rodovia federal, a BR 364, que precisa ser ampliada, repensada e diversificada buscando construir uma personalidade econômica forte frente aos demais estados da região amazônica.

Investir em infraestrutura é uma decisão que pode alavancar um padrão econômico e social no qual todos os acrianos tenham oportunidade de desfrutar de condições dignas de existência, com segurança e qualidade de vida. Frente a esses desafios, a utilização e o aporte de infraestrutura de forma adequada no tempo, tipo e qualidade do investimento, é necessário para se diferenciar e preparar o Acre para um desenvolvimento sócio econômico sustentável. Os pilares da nova economia denominada de 4.0 são prioritariamente: Sociedade, Estratégia, Talento e Tecnologia, pilares estes que estão conectados e se fortalecem mutuamente.

O desafio, assim como as oportunidades que estão sendo colocados, é o de transformar o Acre em um estado articulador e potencializador das demandas e oportunidades para investimentos em infraestrutura, que incentivem a implantação de obras/projetos e ações estruturantes, inclusive em localidades fora daqueles que podem ser considerados consolidados, como elemento indutor de desenvolvimento em regiões ainda pouco ou nada significativas nas dinâmicas econômicas e sociais. Face as deficiências estruturais e a baixa industrialização da economia do estado, faz se necessário buscar formas diversificadas de financiamento da infraestrutura, tais como melhorar a eficiência e eficácia no uso dos recursos de forma aumentar a capacidade de investimento além de estabelecer outros mecanismos, como parcerias público privadas e instrumentos diversos já consolidados.

### **Propostas**

- Executar estudos sobre infraestrutura instalada de rodovias;
- Fazer projetos de obras estruturantes de alto impacto econômico e social;
- Concluir obras paralisadas;
- Disseminar uso de energia solar no estado como estratégia de desenvolvimento econômico e social, com incentivo a micro e mini geração ampliando acesso à energia em localidades rurais.
- Instalar sistemas fotovoltaicos conectados a rede elétrica em pelo menos 50% dos prédios públicos do governo do estado reduzindo os custos com energia elétrica
- Melhorar a qualidade da infraestrutura de transporte na zona rural com um amplo programa de abertura e manutenção dos ramais;
- Ampliar a malha viária do estado;
- Ampliar o acesso e melhorar a qualidade nos serviços de telecomunicações;
- Ampliar a disponibilidade de voos diretos;
- Ampliar o acesso a energia elétrica de qualidade e menor custo;

- Melhorar a qualidade das rodovias mantendo uma programa anual de manutenção das principais vias;
- Ampliar o percentual dos municípios com Backhaul de fibra ótica;

### **3.8. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social é responsável pelas políticas públicas de assistência social e o combate e erradicação da pobreza. Tem como objetivo incentivar, estimular e apoiar o desenvolvimento comunitário e atividades socioeducativas, além de realizar ou colaborar com a realização de programas e ações de segurança alimentar e nutricional e de transferência de rendas, bem como de habitação de interesse social e formação para o trabalho. A Assistência Social planeja e operacionaliza políticas públicas para as mulheres, assim como de promoção da igualdade racial e dos direitos da pessoa com deficiência. A Assistência Social deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem, sua prática realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

O governo do estado tem um papel estratégico na coordenação da política de Assistência Social do Estado e tem o dever de: estabelecer rumos, diretrizes e fornecer mecanismos de apoio às instâncias municipais, ao terceiro setor e à iniciativa privada; reduzir as desigualdades sociais; superar a extrema pobreza, garantindo renda; garantir o acesso à alimentação adequada às famílias em situação de pobreza; garantir o acesso universal à transferência de renda e à suplementação direta de renda às famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rural e urbana; e também garantir à população extremamente pobre acesso a serviços públicos.

#### **Propostas**

- Promoção de apoio técnico, capacitação, monitoramento e avaliação das ações sociais desenvolvidas em todo o Estado.
- Desenvolver formas inovadoras e criativas na implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação das ações sociais.
- Ampliação de atendimento para população em situação de vulnerabilidade social, com aumento de equipe de abordagem social e Casa de Passagem para atendimento de Pessoa Idosa em vulnerabilidade e população de rua.
- Apoio e desenvolvimento de políticas assistenciais para dependentes químicos;
- Fomentar, promover e apoiar as ações de Economia Solidária no estado, em parceria com outras secretarias;
- Apoio aos Conselhos Tutelares e seus membros, promoção de cursos de capacitação para os

conselheiros tutelares;

- Ampliação do acesso a serviços e políticas públicas para populações vulneráveis;
- Investimento na capacitação de servidores públicos em todo o Estado no que toca à temática de direitos humanos;
- Ampliação do atendimento da Defensoria Pública para a assistência judiciária gratuita.
- Promover a integração dos programas sociais das três esferas de Governo, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Aprimoramento das políticas, dos serviços e das estruturas para promoção do envelhecimento ativo da população;
- Ampliação do benefício, das atividades complementares e da cobertura dos programas de transferência de renda;

### **O nosso compromisso com a população do Estado Acre**

O nosso programa de governo, por meio da participação e de uma construção coletiva, buscou contemplar os vários aspectos das ações, que entendemos que podem e devem ser articuladas e integradas com o que consideramos fundamental que é: **a participação e o poder popular**. Mas, é importante destacar nesta parte final do documento, que os nossos esforços se concentrem primeiramente no atendimento às populações mais vulneráveis. Para tanto, iniciaremos já nos primeiros dias de governo a implementação de um Programa de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, com a Rede de Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc.

A criação de uma força-tarefa, articulando a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Saúde, para fiscalizar e analisar a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas do Governo do Estado. Integrar os abrigos dos municípios localizados no estado aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura e geração de renda da rede estadual, e iniciar uma campanha de revalorização do serviço social no âmbito do Estado, em todas as políticas públicas estaduais, buscando parcerias com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias;

Promover, em parceria com as prefeituras do estado, uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada município, um reajuste justo da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, contratação de equipe de suporte (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de

capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros estaduais para promover a troca de experiências e a articulação em rede.

Implementar uma Política Estadual de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Implementar um Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), com o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP).